

PRESSUPOSTOS ONTOEPISTEMOLÓGICOS DA GROUNDED THEORY

ONTOEPISTEMOLOGICAL ASSUMPTIONS OF GROUNDED THEORY

José Luís BRAGA

CITUR, IEES, Instituto Europeu de Estudos Superiores,
jose.braga@iees.pt

Resumo

O presente texto procurará enquadrar as diferentes abordagens à metodologia da Grounded Theory (GT), no debate ontoepistemológico acerca da forma e natureza da realidade e da substância da relação entre o investigador e o que pode ser conhecido. Assim sendo, este debate funda-se na necessidade de conhecer a natureza das entidades sociais, se estas são objetivas e, desse modo, possuem uma realidade que é externa aos atores sociais ou se são construções sociais desenvolvidas a partir das percepções e ações dos atores sociais. A crença de que existe verdade objetiva e de que os métodos adequados de investigação são suscetíveis de concitar um conhecimento correto e preciso do que é a verdade tem vindo a constituir o sustentáculo epistemológico da ciência ocidental. Na época contemporânea, os termos "subjetividade" e "objetividade" relacionam-se, genericamente, com um sujeito percetor (habitualmente uma pessoa) e um objeto percecionado ou não percecionado. O objeto é algo que existe, supostamente, a despeito da percepção que o sujeito tem dele. Deste modo, a objetividade está correlacionada com as noções de realidade, verdade e credibilidade. Por outro lado, o construtivismo, enquanto tese sobre os fundamentos do conhecimento científico distingue-se do objetivismo que advoga que o investigador deve empregar os métodos mais bem-sucedidos das ciências naturais para investigar os fenómenos das ciências sociais. Não obstante, na atualidade o construtivismo parece ter substituído o objetivismo enquanto paradigma dominante na sociologia. A adoção de pressupostos ontoepistémicos contrastantes terá estado na origem das dissensões metodológicas que abalaram o círculo restrito de investigadores que se dedicam ao estudo e prática da GT. De facto, nas últimas quatro décadas – depois da publicação do texto fundacional da GT – sobrevieram transformações no âmbito das Ciências Sociais que os dois fundadores, a despeito das suas divergências, não poderiam ter advertido.

Palavras-chave: Grounded, Theory, Positivism, Construtivismo, Ontologia, Epistemologia.

Abstract

The present text will seek to frame the different approaches to the Grounded Theory (GT) methodology, in the onto-epistemological debate about the form and nature of reality and the substance of the relationship between the researcher and what can be known. Thus, this debate is founded on the need to know the nature of social entities, whether they are objective and thus possess a reality that is external to social actors or whether they are social constructions developed from the perceptions and actions of social actors. The belief that objective truth exists and that appropriate research methods are capable of providing correct and precise knowledge of what truth is has been the epistemological underpinning of Western science. In contemporary times, the terms "subjectivity" and "objectivity" are generally related to a perceiving subject (usually a person) and a perceived or unperceived object. The object is something that supposedly exists despite the subject's perception of it. In this way, objectivity is correlated with the notions of reality, truth and credibility. On the other hand, constructivism, as a thesis on the foundations of scientific knowledge is distinguished from objectivism which advocates that the researcher should employ the most successful methods of the natural sciences to investigate social science phenomena. Nevertheless, nowadays constructivism seems to have replaced objectivism as the dominant paradigm in sociology. The adoption of contrasting ontoepistemic assumptions may have been at the origin of the methodological dissensions that have shaken the restricted circle of researchers dedicated to the study and practice of GT. In fact, in the last four decades - after the publication of GT's founding text - transformations have occurred in the social sciences that the two founders, despite their divergences, could not have warned about.

keywords: Grounded Theory, Positivism, Constructivism, Ontology, Epistemology.

1 - Introdução

De acordo com a definição-padrão corrente de conhecimento proposta por Platão, a nossa crença é considerada *conhecimento* quando (Abbagnano, 1998; Boghossian, 2007):

Um pensador S sabe que P se, e só, se S acredita P;

– S está justificado em acreditar P;

– P é verdadeiro.

Daqui decorre que, se uma crença for considerada conhecimento, não pode apenas ser justificada (Abbagnano, 1998), mas deve ser, igualmente, verdadeira.

Portanto, as mentes que se dedicam à investigação visam saber, não tão-só acreditar – nem, sequer, acreditar verdadeiramente. Estas pretendem alcançar o conhecimento dos “factos”, quanto mais não seja dos factos numa área pertinente. Deste modo, a epistemologia perscruta e esclarece a demanda das mentes indagadoras, logo, ela é assaz útil, independentemente das nossas esferas de ação. Efetivamente, poderíamos contentar-nos com uma crença verdadeira e conservar-nos indolentemente alheios ao conhecimento, mas tal seria inusitado.

Na realidade, as mentes inquisitivas procuram algo mais sólido do que uma crença verdadeira alicerçada, unicamente, numa suposição que se revelou correta, por exemplo. Estas pretendem uma crença verdadeira estribada em provas apropriadas, no mínimo para se furtar ao contratempo de uma crença infundada. A finalidade da epistemologia é evidenciar, entre outras coisas, a prova ajustada e o modo pelo qual tal indício escora crenças verdadeiras, classificando-as como conhecimento. Ao procurarem crenças verdadeiras convenientemente firmadas, as mentes indagadoras visam, pelo menos, crenças que representem as coisas tal qual elas são (Moser, 2012).

Neste contexto, as epistemologias de pendor positivista manifestam uma excecional aptidão integradora. O mesmo discurso aspira assumir (Abbagnano, 1998), de maneira plenamente coerente, três grupos de questões *a priori* independentes, cada uma atinente às três questões nucleares do quê, do como e do porquê do conhecimento, de tal modo que a escolha de uma resposta a uma de entre elas implica, automática e estavelmente, a escolha de respostas às outras duas.

A resposta ideológica ou doutrinal à questão gnosiológica do estatuto do conhecimento (“O que é o conhecimento? O que se sabe?”), na verdade, quase sempre envolve a resposta metodológica à questão do “como” do conhecimento (como é elaborado, por que métodos cognitivos invariantes?).

Além disso, a resposta a essas duas primeiras questões vai acarretar uma resposta pragmática à terceira, uma vez que, a partir do momento em que, adotados pelos cientistas, os métodos asseguram formalmente o valor em si do conhecimento que eles estabeleceram: o cientificamente Verdadeiro será, também, o moralmente Bom. Ademais, essa resposta relativa ao estatuto do conhecimento vai acarretar uma resposta final referente à configuração do “sistema de conhecimentos” ou “sistema das ciências”. De acordo com Le Moigne (2012), as epistemologias positivistas gozam de uma superioridade sociocultural notória que é muito reconfortante para as instituições científicas, que a postulam entre o seu modo de

organização dos conhecimentos. Em concomitância, uma disciplina científica (e, por conseguinte, um campo de conhecimentos) define-se exaustivamente pelo seu objeto positivo (o pedaço da realidade objetiva que ela vai descrever e explicar) e o seu método de investigação.

Logo, cada investigador pode estabelecer-se na “sua” área de competência, definida pelo objeto e o método particulares de cada disciplina, sem se inquietar com as potenciais dificuldades dos seus vizinhos, que se debruçam sobre outros objetos servindo-se de outros métodos. O mesmo autor (*idem*) sustenta que a classificação das disciplinas positivas é ainda mais bem-vinda, uma vez que ela se pretende universal. Esta garante que não existe mais nenhuma zona ignota – ainda que superficialmente – na esfera de conhecimentos que as ciências têm vocação de desvelar. Atualmente, contudo, parece haver um apelo à inter e à transdisciplinaridade (Le Moigne, 2012).

Por seu turno, as epistemologias construtivistas postulam o primado absoluto do sujeito cognoscente, suscetível de agregar algum “valor” ao conhecimento que ele constitui. Deste modo, o conhecimento envolve um sujeito cognoscente e é destituído de sentido ou de valor fora dele. O conhecimento da experiência do sujeito cognoscente, quer seja tangível ou fisicamente sensível, quer intangível ou cognitivamente apreendido, constitui conhecimento se lhe atribuirmos algum valor próprio. Valor que, por definição, não pode ser independente do sujeito cognoscente – como sucede, designadamente, com o valor de “verdade objetiva” para um realista ou de “verdade revelada” para um crente religioso. Em verdade, estes últimos não se sentem compelidos a deliberar sobre a escolha desse valor e, portanto, consideram que ele não lhes é intrínseco.

Dessa forma, o valor de um conhecimento para o sujeito cognoscente, na prática, depende da sua apreciação das consequências das ações que ele elabora, ao aludir conscientemente a esse conhecimento. Neste sentido, o critério, supostamente, simples de verdade objetiva (ou de verdade revelada) afigura-se inadaptado ao estatuto de conhecimento vertente. Em alternativa, são aventados critérios tais como o de “verdade intersubjetiva”, que preserva formalmente o princípio da externalidade do valor do conhecimento. Consequentemente, o sujeito cognoscente não representa coisas, mas operações (ou interações) e o conhecimento que ele construiu através de representações é, ele mesmo, operatório e ativo.

É esta indissociabilidade do conhecimento e da representação tomados na sua atividade discernível, a experiência intencional do sujeito cognoscente e a construção por palpação da representação do conhecimento pelo sujeito cognoscente, que constituem a hipótese que legitima as epistemologias construtivistas (Le Moigne, 2012).

Posto isto, o presente texto visa enquadrar as diferentes abordagens à metodologia da Grounded Theory (GT), no debate ontoepistemológico acerca da forma e natureza da realidade e da substância da relação entre o investigador e o que pode ser conhecido. No tocante à estrutura do artigo, à seção introdutória seguir-se-á uma revisão da literatura respeitante ao conceito de objetivismo, de construtivismo e, finalmente, o texto culminará com a seção das considerações finais.

2 - Objetivismo

A crença de que existe verdade objetiva e de que os métodos adequados de investigação são suscetíveis de concitar um conhecimento correto e preciso do que é a verdade tem vindo a constituir o sustentáculo epistemológico da ciência ocidental (Crotty, 2005).

Na época contemporânea, os termos “subjetividade” e “objetividade” relacionam-se, genericamente, com um sujeito percetor (habitualmente, uma pessoa) e um objeto percecionado ou não percecionado. O objeto é algo que existe, supostamente, a despeito da perceção que o sujeito tem dele. Como refere Mulder (s.d.), o objeto estaria lá, tal como é, mesmo que nenhum sujeito o percecionasse. Deste modo, a objetividade está correlacionada com noções tais como as de realidade, verdade e credibilidade (Mulder, s.d.).

No que lhe diz respeito, Soares (2004, 150) socorre-se do *Dicionário Webster* para definir provisoriamente “objeto” como a «totalidade dos fenómenos externos que constituem o não-eu (*not-self*), e a de “objetivo” como “algo que é externo à mente”. Portanto, universalidade e independência da mente são dois aspetos importantes da noção de “objetividade”. Nesta aceção, ser objetivo tem o sentido de ser algo diverso do eu, externo ao eu (ou à mente, ao sujeito, ao *self*, considerados *lato sensu*); o critério em que se funda, aqui, a distinção entre objetividade e subjetividade é o de ser algo *na mente* ou *fora da mente*. Como é natural, esta conceção de «objeto/sujeito da linguagem corrente implica o pressuposto realista e acrítico que percecionamos as coisas, os objetos que estão fora da mente e não *representações* dessas mesmas coisas». Contrariamente, «as sensações, sonhos, recordações, desejos e outros estados ou processos mentais são ontologicamente subjetivos, intrinsecamente dependentes da mente, do sujeito psíquico» (Soares, 2004, 150). Assim, o sujeito percetor pode percecionar com exatidão ou aparentar percecionar aspetos do objeto que não estão no mesmo. Um caso sintomático é o do sujeito percetor que está acometido de icterícia, o qual poderia dar a entender que está a percecionar um objeto como sendo amarelo, quando, de facto, este não é, efetivamente, amarelo. Por consequência, o termo “subjetivo” designa, especificamente, a possibilidade de erro.

2.1- Origens do conceito

O Objetivismo – ou a noção de que a verdade e o significado residem nos seus objetos, independentemente de qualquer consciência – teve origem na filosofia grega, foi acalentado pelo Realismo escolástico na Idade Média e atingiu o seu apogeu no Século das Luzes.

O filósofo pragmatista norte-americano Richard Rorty (1991) sustenta que existem dois modos principais através dos quais os seres humanos contemplativos procuram – enquadrando a sua vida num contexto mais amplo – dar sentido à sua existência. A primeira maneira é contando a estória da sua contribuição para a comunidade, que pode ser a coletividade histórica em que eles vivem ou uma outra remota no tempo e no espaço ou, mesmo, imaginária, constituída, por hipótese, por uma dúzia de heróis e heroínas elegidos a partir da história e ficção ou ambas. A segunda via compreende a sua própria

descrição como estando em relação imediata com uma realidade não-humana. Esta relação é imediata, uma vez que não procede de uma ligação entre uma tal realidade e a sua tribo, ou nação, ou o seu grupo imaginário de camaradas.

Rorty (1991) argumenta que as histórias relativas ao primeiro ponto de vista exemplificam um anseio de solidariedade e as histórias referentes à segunda perspectiva ilustram um afã de objetividade. Contudo que uma pessoa busque solidariedade, fá-lo-á a despeito da relação entre as práticas da comunidade elegida e algo alheio a essa coletividade. Posto que procure objetividade, o indivíduo afastar-se-á das pessoas que a circundam, não por se considerar membro de um outro grupo real ou imaginário, mas associando-se a algo que pode ser descrito sem referência a qualquer ser humano específico.

Segundo o mesmo autor, a tradição que impera na cultura ocidental, e que tem como fulcro a procura da Verdade – e perpassou pelo pensamento dos filósofos gregos, insuflando-se no Iluminismo – ilustra perfeitamente a tentativa de dar sentido à nossa existência, apartando-nos da solidariedade para abraçarmos a objetividade.

Portanto, a ideia de Verdade como algo a ser empreendido como fim em si, não por ser benigno para nós ou para a nossa comunidade real ou imaginária, constitui o âmago desta tradição. Neste âmbito, a predisposição revelada por Heródoto para encarar os bárbaros com suficiente seriedade para descrever os seus costumes em detalhe pode ter sido um prenúncio para a alegação de Platão de que o modo de transcender o ceticismo humano é conceber um desiderato comum à humanidade – um objetivo definido pela natureza humana e não pela cultura grega.

Rorty (1991) acrescenta que a associação da alienação socrática e da esperança platónica deu lugar à noção do intelectual como alguém que está em contacto com a natureza das coisas, não por via das opiniões da sua comunidade, mas de um modo mais imediato. Platão estabeleceu a conceção de um tal intelectual através de diferenciação entre conhecimento e opinião, e entre aparência e realidade. Tais distinções concorrem para gerar a noção de que a investigação racional deve revelar um domínio vedado aos não intelectuais e de cuja existência podem duvidar.

Na época das Luzes, esta conceção consubstanciou-se na adoção do cientista físico newtoniano como modelo de intelectual. Para o grosso dos pensadores do século XVIII, tornou-se evidente que o acesso à Natureza que a ciência física tinha proporcionado deveria ser, agora, acompanhado pelo estabelecimento de instituições económicas, políticas e sociais que estavam em consonância com a Natureza.

Desde então, o pensamento social liberal girou em torno da reforma social viabilizada pelo conhecimento objetivo de como são os seres humanos – ao invés de conhecimento de como são os gregos, franceses ou chineses, mas da humanidade enquanto tal.

Atualmente, somos legatários desta tradição objetivista, que gravita em redor do pressuposto de que temos de nos afastar da comunidade tempo suficiente para a analisar à luz de algo que a

transcende, designadamente, o que comunga com todas as comunidades humanas possíveis. Esta tendência almeja estabelecer uma comunidade derradeira que tenha superado a distinção entre o natural e o social, que manifeste uma solidariedade que não seja paroquial, uma vez que é a expressão de uma natureza humana a-histórica (Rorty, 1991).

Deste modo, os “realistas”, ou aqueles que pretendem fundamentar a solidariedade na objetividade, têm de perspetivar a verdade como correspondência com a realidade. Assim, têm de conceber uma metafísica que contemple uma relação especial entre crenças e objetos que diferencie crenças verdadeiras de falsas (Rorty, 1991).

Inwagen (2009) parece secundar esta ideia, ao referir que um importante componente da metafísica ocidental é a tese de que existe uma verdade objetiva. Este postulado obedece a dois princípios:

1. As nossas crenças e as nossas asserções são verdadeiras ou falsas. Cada uma das nossas crenças e asserções representa o Mundo de determinado modo e a crença ou asserção é verdadeira se o Mundo é dessa maneira e falsa se o mundo não é desse modo. Cumpre às nossas crenças e asserções compreenderem o Mundo. Se não o fazem, não estão a desempenhar convenientemente a sua missão; tal falta deve ser-lhes assacada e não ao Mundo. Daqui se conclui que as nossas crenças e asserções estão relacionadas com o mundo tal qual um mapa está relacionado com o território.
2. O mundo existe e tem determinadas características, em boa parte independentemente das nossas crenças e asserções. A verdade ou falsidade das nossas crenças é, assim, “objetiva”, no sentido em que a verdade ou a falsidade são atribuídas a essas crenças e asserções pelos seus *objetos*, pelas coisas sobre as quais *versam*.

Ao demandarmos crenças representativas de “como as coisas realmente são”, ambicionamos um tipo de objetividade e, logo, palmilhamos um terreno filosófico alcantilado. Em especial, suscitamos polémica relativa ao realismo do que as nossas crenças representam. Destarte, e de acordo com Moser (2012, 119), «de modo direto, o discurso da objetividade de algo é simplesmente o discurso de como aquela coisa é, independentemente do que qualquer concebedor acredite que ela seja.» Deste modo, a objetividade exige que freemos diante das nossas perceções, crenças e opiniões, que reflitamos sobre elas e que as submetamos a um exame e um juízo especiais. Acima de tudo, requer um grau de indiferença no juízo que pode contender com as nossas necessidades e desejos (Gaukroger, 2012).

Todavia, a objetividade foi alcandorada a um estatuto incontestável. Na realidade, valores que têm vindo a ser conotados com objetividade, tais como imparcialidade e ausência de preconceito, não só regem a pesquisa científica, mas, também, permeiam os domínios da moral e da política. Na época contemporânea, a objetividade tornou-se um valor em si mesma, algo que rivaliza, por exemplo, com as crenças religiosas. Para Gaukroger (2012), estas modificações remontam aos inícios do século XIX,

quando a concepção ocidental da sua superioridade se transferiu da sua religião (Cristandade) para a ciência. O que estava em causa, neste caso, não eram tanto as consecuições tecnológicas, uma vez que o grosso delas ainda estava para chegar, mas um conjunto emergente de valores que privilegiavam ideais, tais como meritocracia e a ausência de preconceito. A objetividade avultava neste conjunto de valores e considerava-se que a ciência a incorporava no seu estado mais puro.

De acordo com Rorty (1991), na nossa cultura, as noções de “ciência”, “racionalidade”, “objetividade” e “verdade” estão entretrecidas. Espera-se que a ciência proporcione verdade “rígida” e “objetiva”: verdade enquanto correspondência com a realidade, o único tipo de verdade digno desse nome. Do mesmo modo, os humanistas – nomeadamente filósofos, teólogos, historiadores e críticos literários – têm de advertir se estão a ser “científicos” e se estão autorizados a considerar as suas conclusões, independentemente do zelo posto na sua argumentação, como dignas do termo “verdade”. Com efeito, no entender do pensador norte-americano, tendemos a identificar a busca da “verdade objetiva” com a “utilização da razão” e, portanto, pensamos nas ciências naturais como paradigmas de racionalidade. Além disso, também compreendemos a racionalidade como uma questão de observar procedimentos estabelecidos *a priori*, de sermos “metodológicos”. Por tudo isto, tendemos a utilizar “metodológico”, “racional”, “científico” e “objetivo” como sinónimos.

Rorty (1991) refere, ainda, que inquietações respeitantes ao “estatuto cognitivo” e “objetividade” são típicas de uma cultura secularizada em que o cientista substitui o padre. O cientista é tomado como alguém que põe a humanidade em contacto com algo que a transcende. Como o universo fosse despersonalizado – prossegue o filósofo – a beleza (e, com o tempo, até a bondade moral) veio a ser considerada “subjetiva”.

Em suma, a verdade é, agora, entendida como a única instância em que os seres humanos são responsáveis por algo não humano. Um compromisso com a “racionalidade” e com o “método” é tido como sendo um reconhecimento desta responsabilidade. O cientista converte-se num arquétipo moral, aquele que, com desinteresse, se expressa reiteradamente perante a dureza do facto.

Segundo Soares (2004), no dealbar do século XX, houve um ímpeto filosófico que foi qualificado de “movimento para a objetividade”. Esta tendência sucedeu à propensão do pensamento oitocentista em perspetivar os factos e as coisas reais como estando subordinados, na sua existência e natureza, às operações da mente.

Foi o filósofo alemão Franz Brentano quem impôs o primeiro revés à tradição filosófica que remontava a Descartes e Locke, ao refutar a presunção corrente que estabelecia que o ser mental é uma “ideia”, concebendo todos os fenómenos psíquicos pela relação intencional – direção a um objeto, relação a um conteúdo. Porém, o que importa realçar é a mutação no que concerne à forma de entender o “mental” ou o “ser conhecido”: já não se funda numa mera “ideia” ou representação subjetiva, mas diz respeito a algo “objetivo”. “Objeto” será algo para o qual se encaminha o ato psíquico, e esse “algo”

poderá ser uma coisa efetivamente existente ou, pelo contrário, uma conceção abstrata, designadamente os números.

2.2. Noção de objetividade

A noção de objetividade mais vulgar pretende que um juízo objetivo se caracteriza por estar livre de preconceito e viés. Este âmbito, todavia, não contempla a conceção de ciência com os seus rigorosos testes empíricos materializando padrões de objetividade. Não obstante, esta noção geral de objetividade parece continuar a ser a mais convincente, de acordo com Gaukroger (2012).

Sem embargo, existe uma segunda conceção que determina que um juízo objetivo é aquele que está livre de presunções e valores. Donde se segue que esta noção parece ser um prolongamento da ideia de suprimir o preconceito e o viés. Contudo, o preceito relativo aos preconceitos e vieses comporta conotações de distorção, ao passo que o referente às presunções e valores não a comporta necessariamente.

Ou seja, se, no primeiro caso, tudo aquilo que introduzimos num juízo que não é compartilhado deve ser retirado, se pretendemos que o juízo seja objetivo, na segunda situação, o argumento aduzido é que aquelas coisas que incluímos num juízo, mesmo que sejam compartilhadas, devem ser abolidas para que o juízo seja objetivo. A distinção é fundamental, visto que muitas das alegações dos cétricos e relativistas contra a possibilidade de objetividade associam o primeiro ao segundo princípio, pelo que a tarefa (exequível) de suprimir todos os preconceitos dos nossos argumentos é considerada como sendo a tarefa (inexequível) de elidir todas as presunções.

O mesmo filósofo e historiador das ideias (Gaukroger, 2012) sustenta que a ideia de que devemos procurar suprimir os preconceitos das nossas decisões pode ser de difícil execução em alguns casos – ainda que não tanto quanto, por vezes, se faz crer – mas a noção de um juízo isento de preconceitos é perfeitamente razoável. De outro modo, visar eliminar todas as nossas crenças anteriores, não só é impraticável, como não resiste a um exame minucioso.

No que toca à terceira noção de objetividade, esta incide na maneira como chegamos às nossas perspetivas ou teorias. Ou, antes, um procedimento objetivo é aquele que nos permite decidir entre perspetivas ou teorias conflituantes (Gaukroger, 2012). Por outras palavras, impõe as condutas de um tipo específico que devem ser postas em prática e observadas se pretendemos alcançar objetividade, particularmente as que nos permitem decidir entre teorias antagónicas com o fito de descobrirmos e, por conseguinte, adotarmos aquela que faz previsões factualmente corretas. Esta é a conceção acolhida pela ciência. Apesar disso, este critério – ao contrário dos dois primeiros – não estabelece o que é objetividade. Em alternativa, propõe que façamos algo para garantirmos a objetividade.

Deste modo, verdade e justificação são coisas distintas. Das três perspetivas de objetividade aventadas por Gaukroger (2012), a primeira (ausência de preconceito) e a terceira (alguns procedimentos para decidir entre hipóteses concorrentes) conduziram a objetividade ao âmbito da justificação, não da

verdade. Logo, objetividade é algo que devemos almejar se pretendemos que os nossos pontos de vista sejam justificados.

Não obstante, a segunda ideia é mais dúbia, uma vez que a tese favorável à ausência de presunções pode manter que, se abdicarmos de todas as interpretações e presunções, só então vemos as coisas como elas deveras são, malgrado quaisquer preconceitos subjetivos que portemos para juízo. Tal associaria verdade e objetividade (Gaukroger, 2012).

Esta perspetiva tem merecido algumas reservas por parte da comunidade de filósofos desde o apogeu do positivismo lógico. Contudo, estes não prescindiram de trazer a verdade à colação no debate relativo à objetividade, mas a um nível básico, relacionando verdade e objetividade. Esta deriva constitui, segundo o mesmo autor, a quarta via da objetividade. Ela permeia as disputas científicas e filosóficas desde o século XVIII. Nelas se vislumbra um afastamento do entendimento negativo da objetividade como ausência de preconceito e viés, para uma ideia positiva de que a objetividade reside na representação precisa. Ao invés do que sucede com o ponto de vista anteriormente exposto, este pode ser designado de teoria positiva da objetividade.

Com efeito, a abordagem da objetividade enquanto representação precisa pode ser entendida como sendo induzida por dois tipos de argumentos (Idem):

Não compreendemos a objetividade sem invocarmos a verdade, uma vez que, quando, à partida, nos questionamos porque queremos objetividade, qual a sua função, então tomamos consciência de que a razão principal é revelar a verdade.

Se nos restringirmos à objetividade na ciência, percebemos que o seu papel é o de possibilitar uma representação precisa do mundo.

Subsiste, ainda, uma outra interpretação de objetividade que é aventada por Gaukroger (2012). Trata-se da noção de que algo é objetivo se conduz a conclusões que são universalmente acolhidas. Esta ideia deve-se, em parte, ao facto de que, quando tomamos em conta, por exemplo, os resultados das ciências naturais, compreendemos que existe um grau de acordo expressivo que é transversal às culturas, religiões e a qualquer outra empreitada cognitiva.

O mesmo filósofo refere que tal não significa que as questões atinentes à autoridade estejam ausentes do debate relativo à objetividade. Em verdade, as perspetivas coetâneas de objetividade assomaram de sobremaneira como réplica à crise denotada nas noções de autoridade e credibilidade. As concepções modernas de objetividade não se limitaram a redefinir e clarificar o que por ela se entende, mas guindaram-na ao posto de valor nuclear da cultura moderna.

Por sua vez, Boghossian (2007) sintetiza o panorama clássico do conhecimento em três teses:

1. *Objetivismo relativo aos factos*: o mundo que procuramos compreender e conhecer é o que é, em grande parte, independentemente de nós e das nossas crenças acerca dele. Mesmo que os

seres racionais jamais tivessem existido, ainda assim o mundo teria tido muitas das propriedades que atualmente tem.

2. *Objetivismo relativo à justificação*: Factos da forma – a informação E justifica a crença B – são factos independentes da sociedade. Mormente, se algum elemento de informação justifica uma determinada crença, não depende das necessidades e interesses contingentes de nenhuma comunidade.

3. *Objetivismo relativo à explicação racional*: Sob adequadas circunstâncias, a nossa exposição às provas, por si só, é suscetível de explicar porque acreditamos no que acreditamos.

3 - Construtivismo

O construtivismo, enquanto tese sobre os fundamentos do conhecimento científico (na qualidade de teoria geral do conhecimento) surge há um século, inicialmente impulsionado por matemáticos de renome como L. Kronecker e L.J. Brouwer, que procuraram conhecer de onde provinham os números (concedidos pela natureza ou construídos pelo Homem, logo artefactos?). Normalmente associado ao *intuicionismo* (lógico-matemático), o construtivismo converter-se-á na *controvérsia dos fundamentos*, a doutrina dos seguidores das teses de L.J. Brouwer com as quais rivalizou a doutrina *positiva do formalismo*, que encontrou em D. Hilbert o mais distinguido defensor. O “trunfo” dos formalistas foi de tal magnitude que o construtivismo sucumbiu durante mais de meio século.

De facto, o construtivismo distingue-se do objetivismo caro aos positivistas. Na atualidade, no entanto, esta corrente parece ter substituído o objetivismo como o paradigma predominante na sociologia, ainda que se deprende com a descrença tendencial dos filósofos da ciência.

De acordo com Crotty (1998), construtivismo é a perspetiva de que todo o conhecimento e toda a realidade significativa enquanto tal estão subordinados às práticas humanas, sendo construídos dentro e fora da interação entre seres humanos e o seu mundo e desenvolvidos, bem como transmitidos, no interior como contexto essencialmente social (Idem). Acresce que, atendendo à mesma corrente, os “factos” são determinados pelas escolhas e não pela “realidade objetiva”.

A reivindicação epistemológica conexa ao construtivismo é a tese do *relativismo epistémico*. Este é o ponto de vista de que não existe garantia absoluta para nenhuma crença – de que a garantia racional só se justifica relativamente a uma cultura, um indivíduo ou paradigma. Deste modo, as duas doutrinas do “construtivismo” que lhe conferem substrato filosófico são o seu antirrealismo e relativismo.

Portanto, o construtivismo filosófico é relativista em dois sentidos:

1. Existe um relativismo ontológico respeitante às entidades e processos. Não devemos encarar os fenómenos analisados pelos cientistas como as manifestações inevitáveis de entidades e

processos objetivamente existentes. Pelo contrário, as entidades e processos teóricos são constituídos ou construídos pelos cientistas *a posteriori*.

2.Outra faceta do construtivismo diz respeito à racionalidade científica. De acordo com os racionalistas não relativistas, as decisões científicas sustentáveis, se não as corretas, devem ser tomadas em harmonia com padrões universais que regem o uso de provas científicas adequadas. Os construtivistas, ao preconizarem uma espécie de relativismo acerca da racionalidade, refutam a universalidade de tais padrões (Kukla, 2000).

No que lhe diz respeito, Boghossian (2007) distingue três teses do construtivismo relativas ao conhecimento:

1.*Construtivismo relativo aos factos*: o mundo que procuramos compreender e conhecer não é o que é independentemente de nós e do nosso contexto social; ao invés, todos os factos são constituídos de um modo que reflete as nossas necessidades e interesses contingentes.

2.*Construtivismo relativo à justificação*: factos da forma – informação E justifica crença B – não são o que são independentemente de nós e do nosso contexto social; pelo contrário, todos esses factos são constituídos de um modo que reflete as nossas necessidades e interesses contingentes.

3.*Construtivismo relativo à explicação racional*: nunca é possível explicar porque é que acreditamos no que acreditamos apenas com base na nossa exposição às provas relevantes; as nossas necessidades e interesses contingentes têm de ser invocados.

4 - Pressupostos ontoepistemológicos da Grounded Theory

Os construtivistas sustentam que, uma vez que as práticas investigativas estão dependentes de fatores externos, nenhuma prática científica é superior a outra. Os construtivistas negam que exista tão-só um modo racional de fazer ciência. A razão para tal é que os padrões de racionalidade estão sempre contidos dentro da prática investigativa. Não existe uma teoria científica global – completamente universal e neutral – que possa ser utilizada para demonstrar que uma prática investigativa é superior a outra. Contudo, tal não significa que o trabalho científico seja completamente irracional; somente significa que os padrões de racionalidade estão relacionados com a prática de pesquisa (Gibson & Hartman, 2014).

Parte substantiva do discurso veiculado pela intelectualidade contemporânea toma por adquirido que o propósito da investigação científica ao homem é compreender “estruturas subjacentes” ou “fatores culturalmente invariáveis” ou “padrões biologicamente determinados” (Rorty, 1991, 22). Esta crítica de

Rorty parece ser extensível à GT. Não obstante Glaser ter um entendimento diverso: «*GT is a perspective based methodology and people's perspectives vary. And as we showed in "Awareness of Dying" participants have multiple perspectives that are varyingly fateful to their action. Multiple perspectives among participants is often the case and then the GT researcher comes along and raises these perspectives to the abstract level of conceptualization hoping to see the underlying or latent pattern, another perspective.*» Por seu turno, Odis Simmons corrobora a opinião do cofundador da GT: «*Latent or underlying patterns and related multiple perspectives do not an underlying obdurate, objective reality make! The terms "latent pattern" or "underlying pattern" are not synonymous with "objective reality"»* (Simmons 2011, 25).

No que diz respeito à pretensão de incompatibilidade entre objetividade, preconceito e viés, Glaser (1998) é da opinião que o investigador deve evitar, saber lidar com, estar ciente de e viver com os preconceitos, bem como ser humilde quando está submetido a estas pressões para forçar os dados. O objetivo que o investigador deve perseguir é forçar os dados o mínimo possível (Braga, 2016).

Para Charmaz (2009), o modo como os investigadores utilizam as diretrizes da GT (e.g. codificação, redação de memorandos, amostragem para a elaboração da teoria) não é neutra, nem, tampouco, o são os pressupostos que estes levam para a investigação. Tanto esta socióloga como Adele Clark e Antony Bryant partilham do entendimento de que podem empregar-se as diretrizes básicas da metodologia expurgando-a da “canga positivista”, mas recuperando e revigorando os elementos inovadores que são duradouros. No entender da socióloga americana, a GT congrega tanto tendências positivistas como interpretativistas. Charmaz designa a metodologia na sua versão glaseriana de GT objetivista e realça o seu afã em generalizar o que, segundo a mesma autora, encerra, normalmente, uma descontextualização. A socióloga pronuncia-se, igualmente, sobre o modo diferente como as duas abordagens encaram os conceitos teóricos (Braga, 2016).

Barney Glaser (1998), cofundador da metodologia, desvalorizou reiteradamente a argumentação relativa à perspetiva filosófica subjacente à GT. De facto, o sociólogo norte-americano considera que adotar uma perspetiva deste tipo reduz o amplo potencial da GT. Acresce que o teor da linguagem que emprega quando fala de emergência no processo simultâneo de recolha e análise de dados – tal como sucede em fases ulteriores de análise, quando refere que emerge uma categoria central – leva a que determinados autores refiram que adota um paradigma pós-positivista (Braga, 2016).

5 -Bibliografia

ABBAGNAMO, N. (1996). *História da Filosofia*. 4ª ed. Lisboa: Editorial Presença.

BOGHOSSIAN, P. (2007). *Fear of Knowledge: Against Relativism and Constructivism*. New York: Oxford University Press Inc.

BRAGA, J. L. (2016). *Refuncionalizando a Casa Solarenga: uma Grounded Theory* (Tese de

Doutoramento). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

CHARMAZ, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: Guia prático para a análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

CROTTY, M. (2005). *The Foundations of Social Research: Meaning and Perspective in the Research Process*. London: Sage Publications Ltd.

GAUKROGER, S. (2012). *Objectivity: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

GIBSON, B., & HARTMAN, J. (2014). *Rediscovering Grounded Theory*. London: Sage Publications Ltd.

GLASER, B. G. (1998). *Doing Grounded Theory: Issues and discussions*. Mill Valley: Sociology Press.

KUKLA, A. (2000). *Social Constructivism and the Philosophy of Science*. London: Routledge.

LE MOIGNE, J.-L. (1999). *O construtivismo. Volume I : Dos Fundamentos*. Lisboa: Instituto Piaget.

MOSER, P. K. (2012). Realismo, Objetividade e Ceticismo. In GRECO, J & SOSA, E. (Eds.), *Compêndio de Epistemologia*. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, p. 117-153.

MULDER, D. H. (s. d.). Objectivity. In: FIESER, J. & DOWDEN, B., (Eds.). *Internet Encyclopedia of Philosophy*. Disponível na Internet: <http://www.iep.utm.edu/objectiv/>.

RORTY, R. (1991). *Objectivity, Relativism, and Truth*. Cambridge: Cambridge University Press.

SIMMONS, O. E. (2011). *Why Classic Grounded Theory*. In: MARTIN, Vivian B., & GYNNILD, Astrid (Eds.), *Grounded Theory: The philosophy, method and work of Barney Glaser*. Boca Raton: Brown Walker Press, pp. 15-30.

SOARES, M. L. (2004). *O que é o conhecimento? Introdução à epistemologia*. Porto: Campo das Letras.

VAN INWAGEN, P. (2009). *Metaphysics*. 3ª ed. Boulder: Westview Press.